

“LUZES QUE SE APAGAM... NADA MAIS”: LEITURA INTERSECCIONAL SOBRE VIDAS TRANSGÊNERO EM TRÊS ATOS – HERCULINE BARBIN, ANDERSON HERZER E JOÃO NERY

“LIGHTS THAT FADE...NOTHING MORE”: INTERSECTIONAL READING ON TRANSGENDER LIVES IN THREE ACTS – HERCULINE BARBIN, ANDERSON HERZER AND JOÃO NERY

Antonio de Pádua Dias da Silva 1

Resumo: Reflexões sobre vidas trans tem vindo à tona ultimamente, a partir de estudos específicos que lançam luzes sobre corpos ainda considerados estranhos, mas entranhados nos meandros sociais. Tratam-se de corpos de pessoas fora do standard, lidos como outsiders, mas sujeitos de si que reivindicam um lugar de existência. O objetivo do artigo é entender, a partir de três escritas autobiográficas de momentos distintos, como três indivíduos que lutaram contra o sexo e o gênero que lhes foram impingidos atingem a morte por caminhos e intenções diferentes. Defende-se a ideia que a vida trans deixa de ser obscena, por ser foco de holofotes LGBTQI+, no momento em que se constrói uma discursividade em favor dos corpos estranhos. Toma-se como caminho teórico das interseccionalidades da diferença. **Palavras-chave:** Homem Trans. Indivíduo Intersexo. Gênero Disfórico. Autobiografia.

Abstract: Refletions on trans lives have been surfacing lately, based on specific studies that shed light on bodies still considered strange, but embedded in social intricacies. These are bodies of people outside the standard, read as outsiders, but subjects of themselves who claim a place of existence. The aim of the article is to understand, from three autobiographical writings from distinct moments, how three individuals who fought against sex and the gender that were imposed on them reach death through different paths and intentions. It defends the idea that trans life is no longer obscene, as it is the focus of LGBTQI+ spotlights, at the moment when a discourse is being built about foreign bodies. The intersectionality of difference is taken as a theoretical path.

Keywords: Trans Man. Intersex Individual. Dysphoric Gender. Autobiography.

Vidas que se acabam a sorrir

Luzes que se apagam, nada mais

[...]

Para que chorar o que passou?

Lamentar perdas ilusões

Se o ideal que sempre nos acalentou

Renascerá em outros corações

Luzes da Ribalta (Charles Chaplin)

Introdução

Escolher o tópico discursivo em torno de vidas trans, para quem não é trans, inicialmente pode parecer complexo, um tanto distante desse modo de subjetivação. Mas, por outro lado, quando quem escreve sobre essa subjetividade participa também de um lugar de fala ainda rechaçado socialmente, o discurso da diferença se faz discurso de convergência. Falo de um lugar social cuja pecha é constantemente apontada em riste, em muitos lugares: *gay*. Essa condição, se posso dizer desse modo, me autoriza, de certa forma, a falar de lugares socialmente minorizados, invisibilizados e silenciados, como aqueles destinados a pessoas em condições de não harmonização do corpo, do ponto de vista do gênero e do sexo compulsório e impingidos a eles (RICH, 2010).

Falo de corpos-pessoas como Adelaide Herculine Barbin, que passou a chamar-se no masculino como Abel Barbin; Joana, que adotou a identidade de gênero masculina como João W. Nery, e Sandra Mara Herzer que, na esteira deste último, preferiu a identidade singular do nome Anderson Herzer. Tratam-se de corpos reinventados (BENTO, 2006) à luz dos pressupostos da época de cada um deles que passaram por dilemas semelhantes, apesar da *via-crucis* individual se distinguir uma das outras por questões afirmativas da sobreposição do gênero real em relação ao gênero de nascimento e da condição social dos três corpos aqui referidos.

Parto de uma questão-problema bastante reproduzida socialmente, hoje, e que encontra em outros momentos a mesma valoração: vidas-corpos trans recebem um tratamento minorizado socialmente, quando se pensa o gênero e o estilo de existência de pessoas do universo LGBTQI+.¹ Às vezes, por questões ideológicas, dentro desse próprio universo há conflitos de interesse, apesar de haver toda uma discursividade em torno de um tratamento equalizado entre as pessoas que vivem sob as identidades dessa sigla. Esse tratamento menor geralmente é atrelado à condição social da pessoa ou a outros marcadores sociais como cor da pele, grau de escolaridade, lugar que ocupa no corpo social, do gênero de identificação (se se aproxima ou se se distancia dos modelos prestigiados). Isso significa dizer que se o corpo trans é o de uma pessoa branca, escolarizada, que ocupa um lugar social de destaque e de reconhecimento, se transita pelas mídias ou pelo meio artístico, dificilmente sofrerá incisivas interdições no sentido de poder se expressar enquanto pessoa que é no mundo.

O contrário, então, acontece com frequência, quando corpos trans ou dissidentes da estrutura binária são negros, gordos, pobres, sem destaques midiáticos. Os valores morais, a carga de preconceito e de estigmatização são concentradas em pessoas que, apesar de estarem em uma mesma condição de gênero e de sexo, fatores interseccionais fazem que o foco da dissidência seja um motivo de desprestígio e, logo, corpos são rechaçados pela cor da pele (negra), pela condição social (pobre), pela visibilidade midiática (desconhecida), pelos lugares de onde fala (sem importância ou de pouca importância para o universo em que se está).

O objetivo do texto é analisar uma paisagem interseccional entre três *personas* distintas que deixaram registrados aspectos de sua vida no enfrentamento ao conflito evidenciado pela

¹ Sou consciente do uso de várias siglas que buscam encampar as diversas (des)identidades de gênero, sexualidades e subjetividades devido a disputas políticas e ideológicas que as terminologias significam. Adoto LGBTQI+ por ser a mais corrente no universo acadêmico e midiático atualmente.

corporeidade biológica inadaptada à consciência, vivência e existência contraditórias à natureza do nascimento. A comparação dos modos de existência de cada uma delas direciona o leitor a uma conclusão sobre as interseccionalidades da diferença (ASSIS, 2019), sobretudo quando essa diferença se relaciona diretamente ao corpo que tanto ultrapassa ou borra as fronteiras do biológico (no caso do gênero/sexo) quanto se fixa apenas nesse aspecto (cor da pele). A reflexão sobre as *personas* é feita a partir dos escritos autobiográficos de cada uma delas. Mesmo não sendo objetivo desse texto discutir o texto autobiográfico, parto da ideia inicial, de Lejeune (2008), porque os três sujeitos lidos aqui assumem em seus escritos a identidade pessoal do nome assinado da autobiografia.

Trata-se de Adelaide Barbin, pessoa intersexo de nascimento, educada até os 21 anos de idade como moça e, após essa idade, foi obrigada por uma rede de discursos da época (1847) a existir socialmente como homem, ou seja, fora-lhe atribuído o sexo masculino em razão de uma proporcionalidade maior de elementos fenotípicos masculinos, conforme diagnóstico da época, o que lhe ocasionou o suicídio em 1868 (FOUCAULT, 1982); trata-se também de Joana, nascida biologicamente menina, com cuja identidade feminina conviveu até os 27 anos de idade, momento em que adotou a identidade transmasculina (apesar da nomenclatura não existir à época) a partir do nome João W. Nery (NERY, 2011; MELO, 2020), falecendo em 2018; por fim, Sandra Mara Herzer que, assim como João Nery, nasceu e viveu como menina, até os 14 anos de idade, momento em que adotou a identidade de gênero masculina, passando a se reconhecer como Anderson Herzer, suicidando-se aos 20 anos de idade, em 1982 (SUPLICY, 2001).

O argumento que sustenta a ideia do texto, em toda a sua extensão, é o de que a felicidade das vidas pelas quais passaram os três sujeitos em destaque foi atravessada por fatores interseccionais que, em momentos diversos, são apontados, na escrita autobiográfica deles, como motivo para o enquadramento forçado de gênero, para o sequestro do discurso enquanto política de silenciamento de pessoas “anormais” (FOUCAULT, 2001). Os três apresentam um fato em comum: uma espécie de generosidade humana foi encontrada em outros para ajudá-los a superar, psicológica e/ou economicamente, a sua existência no mundo frente a normas de conduta rígidas para os gêneros, as sexualidades, as orientações sexuais e/ou modos de subjetivação: Abel Barbin tem o esposo da Sra. de R. como mentor; João Nery é ajudado por Darcy Ribeiro; Anderson Herzer é apadrinhado por Eduardo Suplicy.² Apesar do tratamento analítico dado aos textos como sendo uma peça em três atos (de atuação performática), a dor e a vontade de existir são os elementos fundantes da condição e da experiência de vida dos corpos individuais sobre os quais refletimos.

A noção de autobiografia que tangencia a discussão feita é a de que, em sua versão mais simples, enquanto escrita de si, atende ao chamado “pacto autobiográfico” (LEJEUNE, 2008), conforme veremos nos três textos tomados como corpus de leitura: *O diário de um hermafrodita* (BARBIN, 1982), *A queda para o alto* (HERZER, 2001), *Viagem solitária* – memórias de um transexual trinta anos depois (NERY, 2011). Nessas três obras os autores usam a primeira pessoa do discurso para marcar a identificação direta entre o sujeito textual e o sujeito aural (biográfico), usando o mesmo nome e falando de sua verdade particular.

Ato 1: Da aprendizagem do estar no mundo e da ideologia impositiva

Ao se falar em interseccionalidades, é possível que o pensamento seja guiado pelo que afirma Hirata (2014, p. 62), quando busca definir ou apresentar a categoria teórica: “trata-se da interdependência das relações de poder de raça, sexo, classe”. A mesma autora, na ampliação da discussão entabulada, constata que essa chave teórica de leitura do outro é uma “proposta para levar em conta as múltiplas fontes da identidade” (HIRATA, 2014, p. 62). Isso significa dizer que as identidades de gênero, por exemplo, não são relacionadas, nessa discussão, unicamente pela polaridade biologia (do corpo) versus cultura (adequação do corpo). Outros fatores são incorporados a essa discursividade como a condição/classe social da pessoa arrolada, o grupo étnico de origem, o sexo de nascimento, porque, segundo Assis (2019, p. 26), à “teoria interseccional, a cada dia são ampliadas as análises que levam em conta outros marcadores sociais

² Os personagens das autobiografias – Esposo da Sra. de R., Darcy Ribeiro e Eduardo Suplicy – foram/são pessoas reais que já faleceram ou ainda estão vivas como Eduardo Suplicy.

da diferença, tais como sexualidade, identidade de gênero, geração e tantos outros”.

Como isso importa e define os modos das pessoas se subjetivarem no mundo? Não precisamos fazer uma revisão da literatura para saber que, sobretudo em contexto de Brasil, o grau de escolaridade e a condição social da pessoa interferem de modo distinto na visão social que grupos hegemônicos têm de receptionar, respeitar, tratar as subjetividades consideradas minoritárias, quando não, marginalizadas. Essa constatação fica patente, por exemplo, em casos específicos como os de Roberta Close, Thamy Miranda, Nany People, Léo Aquila, Lea T, Laerte, Tarso Brante, Valentina Sampaio, Rogéria (compondo um grupo de corpos trans brancos), bem como os de Linn da Quebrada, Liniker, Erika Malunguinho, Mel Gonçalves (compondo um grupo de corpos trans negros), dentre vários outros. Algo em comum a essas figuras midiáticas: a maior parte delas é branca (não consideramos, aqui, a origem étnica, a exemplo de Nany People, filha de mãe caucasiana e pai negro), transita sem problema nos espaços públicos e midiáticos, exerce profissões que influenciam pessoas (fato que exige um saber escolar ou um saber inteligente) e todas são trans.

Observe que para além das práticas de preconceito manifestadas por grupos e/ou pessoas conservadoras nas redes sociais, esses indivíduos circulam sem a pecha social de inferior, menor, a ponto de serem invisibilizados, de terem seu discurso sequestrado, de não poderem exercer a profissão construída por causa da identidade de gênero deslocada do modelo heterossexual compulsório (RICH, 2010). Em sociedades como a nossa, marcadores sociais e visibilidade pública (também midiática) interferem nos modos de receptionar e “neutralizar” questões polêmicas, imagens fora do padrão, pessoas ambíguas quanto às questões de gênero. Isso explica o *modus operandi* dos estudos interseccionais perceber como sujeitos podem ser rechaçados, interditados, caso algum marcador negativo esteja desfavorável à pessoa porque a mesma não tem escolarização específica, não tem presença e influência em público, é de origem pobre e/ou afro. Como diz Assis (2019, p. 13), “cada um de nós é atravessado por inúmeros marcadores sociais (raça, crença, geração, identidade de gênero, sexualidade e etc”.

São questões dessa natureza que me fazem pensar n’*O Diário de um hermafrodita* (1982), texto autobiográfico de Herculine Barbin, prefaciado por Michel Foucault. Como já dito, nascido intersexo, na linguagem ou terminologia atual, era uma pessoa branca, criada entre sujeitos de posse como mulher, educada formalmente (estudou o suficiente para ler, escrever e trabalhar em ofício que exigia a leitura e a escrita). Circulou entre pessoas sem causar estranhamento, até ser declarado do gênero masculino pela medicina da época, o que o distanciou de suas amizades, de seu cotidiano, fazendo-o rever suas práticas de adequação ao gênero imposto. Esse modo de estar, homem, marcado em seu diário pelo modo pessoal do assumir-se no masculino, demonstra um certo estranhamento na mudança de ser – diferentemente de Orlando (2014), de Virgínia Woolf, quando acorda, certo dia, com o gênero (masculino) mudado (para o feminino) e dá curso a sua vida sem traumas que a impossibilitasse de seguir a vida.

Uma lição que fica para os leitores d’*O Diário de um hermafrodita*? A posição social, na perspectiva interseccional, viabiliza trânsitos de sujeitos por espaços ocupados por grupos hegemônicos, majoritariamente brancos, elitistas, cristãos e heterossexuais. Quando se trata, por exemplo, em questão de gênero, da travessia do feminino para o masculino, socialmente há retaliações e interditos, como se, em se tratando de questões estruturais de poder, ao homem fosse mais “natural averbar” outra identidade de gênero, passando do masculino para o feminino. Essa lógica machista persiste porque no trânsito do masculino para o feminino não há, hipoteticamente, a perda do *falo* (salvo nas regras de transição sexual). Mesmo quando cirurgias de redesignação sexual acontecem (como foi o caso de Roberta Close), o poder atribuído ao masculino parece não ser motivo de tanta “tolerância” quando uma mulher – Adelaide Herculine Barbin – adentra o universo masculino e este, agora, passa a ser visto com desconfiança: não tem o pênis integral, instaurador da virilidade, da masculinidade hegemônica (PASSOS; CASAGRANDE, 2018).

Essa condição, talvez, tenha sido o motivador do fim trágico desse sujeito intersexo: o suicídio. Veja-se que a transição de um gênero a outro não se deu em conformidade com o desejo e a problematização de si por Herculine Barbin, que relata ao seu interlocutor o seu modo de se sentir quanto a papéis de gênero, em seu relato autobiográfico, no qual se vê o sofrimen-

to causado pela transição de gênero pela qual fora obrigado passar, anunciando o desconforto dessa decisão médica (que atestou a veracidade do *dominante* masculino na anatomia dele) e judicial (que lhe legitimou o masculino em documentos pessoais): “Oh! Viver só, sempre só, no meio da multidão que me cerca [...] Será que há alguém que possa me compreender? [...] Jamais uma virgem te concederá os direitos sagrados de um esposo [...] A morte será para mim a hora da libertação” (BARBIN, 1982, p. 87-88).

Se se trata de ignorância da ciência e da própria pessoa envolvida, de ideologia de gênero violenta, de sequestro de voz e de interdição de desejo, *O Diário...* deixa claro que, tanto por inferência quanto por apontamento efetivo, analisando o contexto social em que o sujeito se inscreve, a não simetria ou a disforia de gênero foi fator determinante para a chama de vida se apagar num palco de atuação ainda por performar um gênero em sua plenitude. A ignorância, no sentido aqui atribuído, diz respeito ao modo de pensar o corpo do indivíduo em sua singularidade que, à época, não havia tecnologias nem um pensamento formado como hoje para sentir o indivíduo no coletivo e seus modos de se subjetivar. Tanto o sujeito intersexo quanto a medicina e o jurídico da época agiam em conformidade com a crença, o pensamento eleito naquele momento para interpretar negativamente vidas e subjetividades como a de Herculine Barbin:

Este pobre infeliz criado em conventos e internatos femininos até a idade de vinte e dois anos, aceito em exames e possuidor de um diploma de professora, teve após dramáticas e comoventes circunstâncias seu estado civil modificado por um julgamento do tribunal de La Rochelle, e não pode suportar a existência miserável que seu novo sexo incompleto lhe impôs. Certamente, nesse caso, as aparências do sexo feminino foram levadas às últimas consequências, mas apesar disso, a ciência e a justiça foram obrigadas a reconhecer o erro e a devolver a esse pobre rapaz o seu sexo verdadeiro (FOUCAULT, 1982, p. 113).

O trecho dado revela uma decisão tomada por um corpo de poder externo e à revelia do desejo de Herculine Barbin, fato que desencadeia todo um processo de construção de um modo de existir dentro de uma filosofia de vida social que o negava enquanto sujeito de si, de seu gênero, de sua subjetividade. Apesar de pessoa branca, esclarecida do ponto de vista escolar (era professora), vivendo entre pessoas de classe abastada, a marca de gênero na qual foi inscrita (masculino), pela singularidade da rasura, da borda, do tangenciamento conduz Herculine Barbin a dar cabo de sua própria vida por não se sentir confortável no gênero que lhe fora imposto: “Não havia lugar para mim nessa mudança que me evitava e me considerava maldito. Não havia um só ser humano que compartilhasse dessa imensa dor que se apoderou de mim” (BARBIN, 1982, p. 13).

Ato 2: Do saber de si e da impossibilidade de ser no mundo: um mal-estar de gênero

Se é possível afirmar que n’*O Diário...* há um quê tanto de ignorância relacionada à existência trans no mundo quanto de manutenção de quaisquer disforias de gênero e sexualidade direcionada para a ideologia binária e heterossexual de sujeito, em *Queda para o alto* (2001) Anderson Herzer anuncia desde cedo a sua identidade de gênero disfórica do corpo nascido, vez que o feminino biológico não comportava o seu masculino de desejo. Essa batalha, socialmente, também foi travada de modo não pacífico, vez que, assim como a identidade inicial de Herculine Barbin, feminina, digladiava com a identidade imposta. No caso de Herzer, não se tem uma certeza dessa questão se a ignorância é menos ruim do que o saber, ter conhecimento de si o torna um macho frustrado por não encontrar apoio nas multidões, nos lugares de trânsito por onde seu corpo gostaria de encontrar guarida, conforto e viver “uma vida normal” como homem.

Nesse caso, não apenas o marcador de gênero interfere no apagar da luz de vida do

rapaz transgênero. A condição social dele, pobre e interno da antiga Febem,³ são fatores determinantes para introjetar em sua dinâmica de vida uma razão para resistir até enquanto “durar as forças”. Criado como menina (fator biológico e de nascimento), desde cedo admite para si o gênero masculino, contrariando as normas de conduta para as pessoas interpretadas na lógica de gênero binário vigente à época: sexo (fêmea) implica no gênero (feminino) e na sexualidade hegemônica (heterossexual). Herzer, apesar de ter namorado rapaz (Herculine Barbin desfrutava da intimidade das mulheres), sente e investe na subjetividade masculina. Mas enfrentar uma sociedade transfóbica, lesbofóbica, homofóbica como era o Brasil à época de sua existência parecia ser algo inadmissível porque colossal, colossal porque impossível para uma mente jovem que sabia de si, mas ainda não tinha um preparo psíquico maturado o suficiente, infere-se, para lutar as batalhas que a vida trans exigia.

Todo o mal-estar sintomatizado em Anderson Herzer encontra como causa o deslocamento (visão geral, comum) do gênero feminino para o masculino, além de outros fatores interseccionais como a condição social, o grau de escolaridade, a projeção social do sujeito. Evidente que a transição do feminino para o masculino ainda hoje encontra resistência social porque as pessoas “se habituaram” a ver a transição de gênero em sujeitos homens que defendiam para si o gênero feminino. Geralmente as mulheres trans se deixam marcar pela protuberância peniana que, simbolicamente, circunda toda a ideologia masculinista (positiva), diferente de homens trans que, na acepção psicanalítica (FREUD, 2016), seriam interpretados como faltosos (no corpo biológico) do pênis e, quando da transição, mesmo assumindo a identidade de gênero masculina, por essa ideia engessada, continuam invalidados socialmente pela dupla castração (a do nascimento e a da não possibilidade da construção de um pênis)⁴.

Evidente que essa percepção ignora fatores da ordem do desejo, da subjetivação, dos modos de se relacionar fora das formas binárias construídas socialmente, como entende Preciado (2014). Discursos e práticas dessa natureza apontam para a elaboração de uma imagem desse tipo de sujeito que, localizado em uma época de pouca discussão das práticas de desejo, subjetivação e normas de condutas abertas e democráticas para as pessoas, sofre o estigma de pertencer a um gênero (quase) impossível de ser manifestado publicamente, de existir enquanto corpo porque perturba a ordem pública com marcadores de gênero descentrados, fragmentados, disfóricos, aliado à questão do lugar de origem da pessoa (pobre), da visão moral e jurídica (interno do Febem, lugar de marginais e marginalizados), apesar de ser branco.

O lugar de trânsito desse sujeito é anunciado e denunciado em sua escrita autobiográfica, momento em que o futuro deslumbrado por ele como possível de ser vivido não encontrou existência: ainda jovem, suicida-se, deixando escrito um lastro de questões sobre o si mesmo, sobre os olhares dos outros, poemas de vida e de resistência: “muito me chocou tal decisão, pois o motivo era amor, será que deve ser desprezado somente por um amor que a sociedade não aceita? Mas a própria sociedade também cultiva esse modo de amar” (HERZER, 2001, p. 124). Que dizer, então, de um jovem cujo corpo foi marcado por um nascimento que não impingiu nele o feminino latente, mas uma subjetividade potencialmente sintomática do masculino? Regras a cumprir, desejos a sufocar, luz da vida a se apagar, não como regra para os casos trans. Estamos falando de pessoas em temporalidades cujas discussões as impediam de se subjetivar abertamente quanto às singularidades do gênero com o qual (não) se identificavam, ou seja, trata-se também de questões interseccionais.

A discussão decorre nesse modo de práticas discursivas e sociais impedirem a participação ativa de pessoas trans, fechando-lhes portas de acesso à educação, ao emprego, à cultura, à própria construção de si, como se o desejo de se subjetivar fora dos contornos visíveis do

³ A Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM) foi uma casa de apoio criada em São Paulo, em 1976, com o objetivo de executar medidas socioeducativas para menores de 18 anos infratores que fossem encaminhados judicialmente para lá. Existiu entre 1976 e 2006.

⁴ Quando falo da impossibilidade de se construir um pênis, não trato de uma ideia fechada e que defendo, mas aponto para o fato de que nem todo homem trans investe e deseja a neofaloplastia. De acordo com Almeida (2012), há quatro grupos de pessoas trans: 1) as que não querem um deslocamento total do feminino, 2) as que optam por nenhuma modificação corporal (salvo aquelas colocadas temporariamente sobre o corpo como roupas, adereços, maquiagem), 3) as que performam o gênero dubiamente, e 4) as que usam as intervenções cirúrgicas junto com a hormonização (testosterona).

corpo natural ou biológico fosse algo perigoso, imoral, criminoso, antissocial. Verdade que hoje esse tipo de discurso e prática é meio ineficiente, os jovens já crescem sob estímulos e referências diversas quanto ao ser e à aceitação e respeito da diversidade. Sabem da possibilidade de poderem se construir, se fazer no gênero com o qual se identificam sem correr o risco da (in) adequação ao gênero requerido pelo corpo social. Há luzes para os sujeitos de hoje: luzes em casa, no palco, na vida, nas estradas, nos lugares de fala e de trânsito por onde circulam essas pessoas, seus corpos e suas ideias. Diferentemente das condições socioculturais dadas a sujeitos como Abel Barbin e Anderson Herzer. Os diálogos interseccionais apontam para a discussão e o empoderamento de sujeitos a partir de suas diferenças.

Ato 3: A visibilidade da existência trans versus impossibilidade de ser sujeito do gênero biológico

Como em uma cena de três atos, o caso Joana/João Nery, pela sua singularidade, pode ocorrer com qualquer indivíduo que é único. João Nery apresenta traços semelhantes aos já analisados, apesar de sua existência cronológica ter sido bem superior à soma da idade das duas pessoas anunciadas nos “atos” anteriores: nascido em 1950, faleceu em 2018, ou seja, teve uma vida longa, 68 anos, quando comparada às de Herculine Barbin (viveu 29 anos) e Anderson Herzer (viveu 20 anos). Este caso, em particular, encerra a cena performática de gênero trans em três atos, conforme estamos defendendo nesse texto.

A temporalidade em que João W. Nery se inscreve coincide com a de Anderson Herzer. Todavia, para efeitos sociais, aspectos da singularidade interseccional fazem toda a diferença, sobretudo porque, apesar de serem contemporâneos, João Nery nasce em uma família classe média; estudou, fez graduação e pós-graduação; tornou-se uma pessoa ativista, militante, midiática. Escreveu livro, fazia palestra; foi a primeira pessoa trans(homem) anunciada no Brasil, ou seja, vários fatores sociais foram determinantes para o sucesso e a visibilidade, se se pode assim dizer, desse sujeito transhomem em encontrar espaços onde pudesse se colocar como sujeito que foi.

Espacialmente, quando cruzamos dados, percebemos certas caracterizações pertinentes à questão interseccional: Barbin nasce em lugar pobre da França (Saint-Jean d'Angély) e suicidou-se em uma espacialidade nobre desse País (Quartier Latin).⁵ Entendo esse trânsito como uma espécie de mobilidade social, como, de certa forma, ocorreu a Anderson Herzer, nascido no Pará (região ainda hoje distante dos centros culturais e ricos do Brasil) e suicida-se em uma espacialidade que, para alguns, seria a representação do próprio Brasil, pela sua riqueza em todos os aspectos: São Paulo. Percebamos que, do ponto de vista da condição social, do nível de escolaridade, grupo étnico de pertença e local de projeção do indivíduo como sujeito de si, a diferença não logrou êxito no sentido dessas vidas serem poupadas para ver luzes de outros amanheceres.

João W. Nery, por sua vez, viajante ininterrupto, desde o nascimento encontra âncoras em que se apoiar para construir e manter a causa que defende, inicialmente, uma causa particular, individual para, depois, investir em uma base ativista, coletiva. É bem verdade que em sua escrita autobiográfica confessa ter tido que mudar seus documentos através de dados informacionais falsos, único modo encontrado por ele para poder sobreviver numa sociedade machista, homofóbica, misógina, lesbofóbica e transfóbica, sobretudo nos anos em que iniciou o processo de travessia de um gênero (biológico feminino) a outro (construído no masculino): década de 1970.

O casamento hetero, a paternidade, a vivência pública como homem⁶ lhe concedia privi-

⁵ Saint-Jean d'Angély é uma comuna francesa, ou seja, trata-se de uma das menores e mais antigas das subdivisões administrativas da França, ao sudeste desse país. Já o Quartier Latin, comparativamente a essa primeira, é uma região central, à margem esquerda do Rio Sena, em cujo entorno é possível encontrar a Sorbonne, a École Normale Supérieure, a École de Mines de Paris, além de ser lugar de trânsito de artistas e escritores, devido aos bistrôs concentrados lá.

⁶ É importante frisar que a consciência de homem trans só chega a João Nery muito tempo depois de passar por vários estágios de adaptação de gênero e de si. Parte de sua vida, conforme narrativa autobiográfica que serve de leitura para esse texto, foi uma vivência e uma performance masculina heterossexual. Vários problemas de ordem

légios dentro de contextos sociais e culturais, mas a experiência individual ainda fora duramente marcada pela dor, sofrimento, pela frustração da não realização plena da masculinidade sentida: “Em que grupo existente me enquadrava? [...] Por essa minha incompatibilidade da minha mente com as partes do meu corpo, numa inversão total de imagem, tornei-me, cada vez mais, um ser angustiado [...] Bebi angústia pura” (NERY, 2011, p. 45). No seu dizer, faltava-lhe o que falta às mulheres, na perspectiva freudiana: o pênis/falo. Mesmo existindo legalmente enquanto homem, a inscrição corporal e biológica não o fazia um sujeito plenamente satisfeito pela ausência do órgão e matéria que confere aos “machos” a pecha de viril, homem de verdade (NOLASCO, 1995). Não havia, segundo relato do mesmo, uma luz no fim do corredor que “aliviasse a barra” da pessoa que se sente homem desde pequeno, mas não consegue, por “falha mecânica” (como se referia ao “não-lugar” do pênis) ou orgânica, se realizar (e realizar o outro) no aspecto de maior performatividade da condição de masculinidade, o ato sexual com a penetração insertiva: “Que mulher vai se excitar com um homem que tem uma excrescência dessas? [...] Cadê o pau para ter relações sexuais? [...] Merda de vida” (NERY, 2011, p. 47).

Em respostas a perguntas feitas em congressos nacionais, como o ocorrido em junho de 2018, em Campina Grande-PB,⁷ no qual fora palestrante principal, afirmou que aprendeu a lidar com a ausência do “pau”, ferramenta que deveria lhe fazer um “macho de verdade” (NOLASCO, 1995). É evidente que questões, problemas ou transtornos de ordem interna, psicológica são de interesse unicamente do indivíduo, porque ele assume uma vida pública a partir de um querer seu para se subjetivar dentro de uma possibilidade de gênero requerida como a adequada para si, porque condiz com a identidade real dele. Mas questões de ordem externa, fatores sociais e culturais interditam muito do querer individual. A resistência (outros falariam em resiliência) fez com que a pessoa em pauta dirigisse seu foco de atenção para a realização de sua subjetividade dentro do campo do possível, sempre buscando luzes no fim do túnel para não apagar o brilho da vida que queria, que seguia. Apesar dos conflitos internos, optou por uma vida pública que o levasse ao reconhecimento como homem trans heterossexual

A condição social, o grupo étnico de pertença, o nível de escolarização, a consciência política (militante, ativista), o reconhecimento midiático, tudo isso fez que ele se projetasse de modo diferente (em relação a Anderson Herzer e Abel Barbin) e alcançasse um lugar social mesmo quando era interpelado a recuar, a se calar, a não se exhibir como pessoa. Diferentemente dos dois sujeitos arrolados no bojo dessa discussão, a vida social de João W. Nery é construída numa base de desejo e convicção muito forte. O fator convicção (conforme relato da obra autobiográfica) aliado à necessidade de se colocar como sujeito de si no mundo não o impediu de se desenhar enquanto “performer” de sua subjetividade, actante de sua vida, ator e agente social que toma as rédeas de sua vida à revelia do que grupos sociais e/ou ideologias hegemônicas de gênero pudessem querer.

Considerações finais ou descendo as cortinas do palco

Ao descerrar o véu que une os três atos de uma quase mesma cena, entendo que uma leitura apressada poderia considerar que a imagem do “apagar a chama” do corpo trans poderia sugerir, nesse texto, tratar-se de um elemento negativo, por causa da morte dos sujeitos cujas existências foram aqui lidas e interpretadas. Na verdade, a leitura do suicídio e de uma morte fatal se interseccionam sob um mesmo ângulo: o da vida trans, em momentos distintos, que ainda busca firmar um “lugar ao sol” sem os estigmas sociais que interditam vidas que querem ser vividas, pessoas que vivem num limbo e procuram a luz como estratégia de sobrevivência em tempos sombrios, ignorantes e que tornam desimportantes a vida, o corpo trans.

Iniciamos a nossa discussão apontando para vidas trans que existem em um universo midiático, artístico, sempre em cenas performáticas. Esses corpos trans, pelos lugares ocupados, adequam-se aos papéis que lhes são atribuídos ou que lhes estão disponíveis sem trauma

psicológica e/ou de aceitação de si decorreram da impossibilidade de desejo e de subjetivação de ser mulher, já que nasceu homem em uma anatomia feminina e, ao mesmo tempo, da impossibilidade de ser homem conforme seu desejo, porque o corpo feminino inviabilizava a performatividade masculina heterossexual como almejava.

7 Falo especificamente do XIII Congresso Nacional de Gênero e Sexualidades, ocorrido no Centro de Convenções Raymundo Ásfora, Campina Grande, Paraíba, promovido pela Universidade Estadual da Paraíba.

algum, porque o mundo da passarela, do palco, dos holofotes, da televisão, da internet, do humor, da fofoca, por exemplo, exige para si sujeitos exóticos, pessoas inespecíficas ou ambíguas, ambivalentes, transformadas ou capazes de sofrer transformação corporal. Nesse mundo há uma correspondência direta entre os papéis assumidos e o corpo verídico das pessoas que nele atuam, como se a existência trans (ou outras como lésbica, gay etc.) fizesse parte de um conjunto do qual a cena midiática fosse apenas uma delas. Equalizam-se, assim, lugar de trabalho com o lugar do corpo: confinado a um só ambiente, restrito a determinadas e poucas funções.

Quando partimos para a existência do corpo trans na perspectiva fora da cena artística ou midiática, quando a pensamos inserida no cotidiano secular, comum, os corpos dessa natureza ainda encontram resistência social para serem levados a sério, respeitados. Isso porque ainda se mostra dificultoso encontrar uma âncora para que, a partir desse “lugar seguro”, se possa construir uma identidade profissional, uma imagem de respeito e de direito que esteja distante dos estereótipos que interpretam as pessoas trans com livre trânsito entre os gêneros biológicos e, por essa razão, ambíguas, deslizantes, sem uma identidade definida, própria. A subversão parece ser a nota tocada pelas pessoas que resistem à presença e à existência trans.

Em circunstâncias históricas como as do século XIX, indivíduos como Abel Barbin e Anderson Herzer (século XX), mesmo com toda uma lógica inteligível, a partir do dizer próprio, da “confissão” de si, do seu sentir, encontraram resistência em existir a ponto de suas identidades de gênero, por serem confundidas pelos outros, pelo corpo social, serem impedidas de construir sem traumas uma existência própria, com luz própria. A pressão de todos os lados, os discursos de interdição, a vigilância e a punição constantes (FOUCAULT, 1999) tornavam esses indivíduos apagados, silenciados, invisíveis socialmente, pessoas cujas existências eram desconhecidas, não se firmavam em grupos sociais e quando isso ocorria, sofriam o estigma da diferença como força negativa, diminuidora, discriminatória e de exclusão. Por falta de apoios, de uma política das diferenças, frente às injúrias sofridas, ao tratamento excludente, ao preconceito latente, aliviar a dor da existência invisível e sombria pelo suicídio poderia ser uma escolha inteligente. Viver poderia ser degradante.

Em tempos não tão recentes, mas que se estenderam até o momento de agora, pessoas trans como João W. Nery sofreram as mesmas pressões, os mesmos problemas dos indivíduos anteriormente citados. Os três, por assim dizer, são paradigmas de sujeitos que se depararam com forças negativas que a todo o momento encurtavam o fio de existência do corpo trans. A diferença é que João Nery, por questões sociais, também de faixa etária, consegue driblar os meandros sociais e, com apoios necessários, torna possível a transição de gênero com sofrimento, mas o sofrer é suportável diante das condições de existência no qual estava inserido. Lembremo-nos de que Anderson Herzer tem sua curta existência concomitante à vida deste sujeito: Joana nasce em 1950 e Sandra em 1962. Essas duas vidas correram paralelamente sendo corpos femininos.

Os lugares de onde se fala (RIBEIRO, 2017), a condição social em que cada sujeito se insere pode ser fator determinante para a consolidação da vida trans. Isso já é lugar-comum. Também parece ser clichê os desdobramentos dessas vidas em sociedade. A transição de gênero de um feminino de base patriarcal, machista e subserviente para um masculino viril, muitas vezes misógino, fálico pode ser a chave-mestra da interpretação desses sujeitos arrolados nas escritas autobiográficas, conforme apontamos aqui. É evidente que cor da pele, condição social, escolaridade, por exemplo, se ajustam a uma política intervencionista contrária à identidade trans. No caso dos três actantes das autobiografias, a cor da pele ou grupo étnico de pertença (branco) não funcionou como uma atenuante direta na construção do sujeito trans. João Nery, dos três, além desse marcador, foi quem se apropriou de outros marcadores (escolarização, conhecimento de pessoas influentes, família não radical quanto a sua posição de gênero) para poder se projetar como corpo trans empoderado.

Mas a transição de um gênero socialmente considerado de menor prestígio para o majoritário pode também interferir na escalada da existência que se quer construir. João Nery que o diz em seu relato autobiográfico, a todo o momento questionando a ausência do pênis, o não-lugar do falo, ou seja, apenas a transição parece não ser o suficiente para as estruturas

sociais. A completude do sujeito (em sua individualidade) para o exercício das funções decorrentes do gênero, como a virilidade, é peça fundamental para um existir fora da caixa. Isso para o olhar externo. Na perspectiva interna, mesmo sabedor da falta, o sujeito existente consegue construir um viver a seu modo, adequando-se aos seus limites, preenchendo as lacunas com o desejo de viver específico, singular. Daí o personagem-autor João Nery chegar quase septuagenário em contexto social que o tornava menor, que o figurava como uma pessoa “anormal” (FOUCAULT, 2001). Mas a existência trans se supera, mesmo diante da morte, quando a luz do palco da vida se apaga para “renascer em outros corações”.

Referências

ALMEIDA, G. “Homens trans”: novos matizes na aquarela das masculinidades? **Estudos Feministas** – Revista do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Santa Catarina, v. 20, n. 2, p. 513-523, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200012. Acesso em: 10 jan. 2021.

ASSIS, Dayane N. Conceição de. **Interseccionalidades**. Salvador: UFBA/Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

BARBIN, H. **O diário de um hermafrodita**. Trad. Irley Franco. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

FOUCAULT, M. O verdadeiro sexo. In: BARBIN, Herculine. **O diário de um hermafrodita**. Trad. Irley Franco. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982, p. 1-10.

_____. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Vigiar e punir**. Trad. Raquel Ramallete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Trad. Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HERZER. **A queda para o alto**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

LEJEUNE, P. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MELO, A. L. B. **João W. Nery e sua trajetória em busca de si: o embate das identidades de um autor-personagem**. Dissertação (Mestrado em Literatura e Interculturalidade), Universidade Estadual da Paraíba, 2020.

NERY, J. W. **Viagem solitária: memórias de um transexual trinta anos depois**. São Paulo: Leya, 2011.

NOLASCO, S. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

PASSOS, G. C; CASAGRANDE, L. S. Homens (trans): da invisibilidade às transmasculinidades na educação. Cadernos de Gênero e Tecnologia – **Revista da Universidade Tecnológica Federal do Paraná**, v. 11, n. 37, p. 60-72, 2018. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/article/download/8634/5354>. Acesso em: 20 fev. 2021.

PRECIADO, P. B. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 Edições, 2014.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica, Trad. Carlos Guilherme do Vale, **Bagoas** – Revista do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFRN, n. 5, 2010, p. 17-44. Disponível em: https://cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art01_rich.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

SUPLICY, E. M. Prefácio: Ela só queria que as pessoas fossem humanas. In: HERZER. **A queda para o alto**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

TEIXEIRA, L. C. Escrita autobiográfica e construção subjetiva. **Revista Psicologia USP** – Revista do Instituto de Psicologia da USP, v. 14, n. 01, p. 37-64, 2003. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642003000100004. Acesso em: 02 mar. 2021.

WOOLF, V. **Orlando**. Trad. Jorro Dauster. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

Recebido em 23 de abril de 2021.

Aceito em 20 de agosto de 2021.